

Sumário

Prefácio	XI
Introdução	1
1 Tutela Penal de Bens Jurídicos à Luz da Constituição Federal de 1988	5
1.1 Direito Penal a partir de um Estado Democrático de Direito	9
1.2 Princípios Constitucionais Penais.....	12
1.2.1 Princípio da dignidade da pessoa humana.....	12
1.2.2 Princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos.....	15
1.2.3 Princípio da legalidade.....	20
1.2.4 Princípio da intervenção mínima (fragmentariedade e subsidiariedade)	23
1.2.5 Princípio da lesividade/ofensividade	25
1.2.6 Princípio da responsabilidade pessoal e da culpabilidade	26
1.2.7 Princípio da humanidade.....	29
1.2.8 Princípio da proporcionalidade e sua dupla face.....	30
1.2.9 Princípio da individualização da pena	34
1.3 Bem Jurídico-Penal.....	37
1.3.1 Escorço histórico e conceitos.....	39
1.3.2 Funções.....	43
1.3.3 Critérios de eleição: dignidade penal, necessidade de tutela e danosidade social.....	45
1.3.4 Identificação da tutela penal por mandados de criminalização e discricionariedade legislativa.....	48
1.3.5 Bens jurídicos individuais e supraindividuais	54
1.4 Tutela Penal conforme a natureza do Bem Jurídico.....	57
1.4.1 Tutela penal repressiva dos bens jurídicos individuais	57
1.4.2 Tutela penal preventiva dos bens jurídicos supraindividuais.....	59
1.4.2.1 Sociedade de risco	59
1.4.2.2 A imputação penal antes da ocorrência do dano	61
1.4.2.3 A pena orientada pela prevenção	67

1.4.2.4 Instrumentos preventivos de política criminal.....	72
2 Criminalidade Econômica	75
2.1 A Ordem Econômica como um Bem Jurídico Supraindividual.....	75
2.1.1 Definição	75
2.1.2 O desenvolvimento econômico: de Estado interventor para incentivador	77
2.1.3 A guarida constitucional de 1988: fundamentos e objetivos	81
2.1.4 Princípios da ordem econômica	85
2.2 Aspectos Principais da Criminalidade Econômica.....	88
2.3 Legitimação da Intervenção Penal e o Direito Penal Econômico.....	94
2.4 Dos Crimes em Geral contra a Ordem Econômica	98
2.4.1 Crimes contra o sistema financeiro nacional.....	99
2.4.2 Crimes contra a ordem tributária	101
2.4.3 Relações de consumo.....	103
2.4.4 Lavagem de capitais.....	105
2.4.5 Fraude e corrupção organizacional.....	108
3 Criminal Compliance	113
3.1 <i>Compliance</i> e <i>Criminal Compliance</i>	113
3.2 Desenvolvimento Histórico	117
3.2.1 Autorregulação regulada.....	117
3.2.2 Governança corporativa	123
3.2.3 Legislações.....	130
3.2.3.1 No estrangeiro	131
3.2.3.2 No Brasil.....	136
3.3 Deveres de <i>Compliance</i>	141
3.4 Dos Programas de <i>Compliance</i>	145
3.4.1 Prevenção, detecção e reação.....	146
3.4.2 Pilares	150
3.4.2.1 Cultura do cumprimento e estabelecimento de objetivos empresariais (códigos de ética e de conduta)	151
3.4.2.2 Avaliação e controle de riscos (<i>risk assessment</i> e <i>due diligences</i>).....	154
3.4.2.3 Delimitação dos âmbitos de competência.....	157
3.4.2.4 Sistemas internos de comunicação	158

3.4.2.5 Sistemas de supervisão e sanção	160
4 Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica: Pautas para a sua	
Adoção no Direito Brasileiro	163
4.1 Amparo Constitucional	165
4.2 A Necessidade de Codificação para o Controle Adequado da	
Criminalidade Empresarial e a Efetividade do <i>Compliance</i>	169
4.3 Modelos de Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica.....	175
4.3.1 Heterorresponsabilidade	175
4.3.2 Autorresponsabilidade	177
4.3.3 Análise de alguns ordenamentos jurídicos estrangeiros	180
4.3.4 A evolução do modelo espanhol como referência	
para o Brasil	182
4.4 Proposta de um Modelo de Responsabilidade Penal da Pessoa	
Jurídica para o Brasil: Fundamentos Dogmáticos e Político-Criminais	187
4.4.1 A pessoa jurídica como agente de delitos.....	187
4.4.2 Ação da empresa no sistema de imputação penal	190
4.4.3 Culpabilidade corporativa.....	195
4.4.3.1 Avaliação da culpabilidade através dos programas	
de <i>compliance</i>	198
4.4.3.2 <i>Compliance</i> e as condições para exclusão de culpabilidade	
ou redução de pena	200
4.4.4 Sanções penais.....	202
4.5 Imputação Individual na Criminalidade Empresarial.....	207
Conclusão	213
Referências	219